



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO

Assessorada: Câmara Municipal de Muzambinho
Assessor jurídico: José Roberto Del Valle Gaspar

DA CONSULTA

Em atendimento de despacho exarado pelo Presidente da Casa, no Processo Legislativo do Projeto de Lei nº 4.088/2022, originário do Executivo, com a seguinte Ementa: **“Institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Muzambinho – REFIS 2022.”**, avia-se o presente parecer, para decisão sobre recebimento e colocação em tramitação, sob a ótica regimental, com base no artigo 344, §1º, do Regimento Interno, para fins de cumprimento do artigo 231 e 233, também do RI.

DA ANÁLISE

O PL está acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício fiscal de 2022, atendendo o disposto no artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000(LRF).

O PL enfrenta alguns problemas de técnica legislativa, como exemplo, dispositivos dissociados(distanciados), como se depreende dos artigos 2º e 3º, em que os parágrafos estão desconectados, divergindo-se das regras e moldes da orla federal, advindos da Lei Complementar Federal nº 95/1998(Técnica Legislativa), impondo adequações pela CLJR, ao redigir a redação final.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA JURÍDICA**

DA CONCLUSÃO

Assim, concluímos que o projeto de lei apresentado pode ser admitido para tramitação na forma regimental, ressalvadas as correções necessárias apontadas na orla da técnica legislativa.

É este o parecer.

Muzambinho/MG, 11 de março de 2022


José Roberto Del Valle Gaspar
Assessor Jurídico da Câmara
OAB: 50627N/MG